

A Baixada Fluminense e a Ditadura na Baixada

Resenha de SALES, Jean; FORTES, Alexandre (Orgs.). *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba: Editora Prismas, 2016. 304p.

GABRIEL DO NASCIMENTO SILVA

Graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em História política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), doutorando em História pela UFRRJ e professor das redes estadual de ensino do Rio de Janeiro e municipal de Seropédica
gabrielrural@me.com

Em abril de 1964, os militares chegaram novamente ao poder político no Brasil. A denominação dessa “chegada” como um golpe parece hoje ser consenso, salvo em alguns hilários personagens políticos que buscam se promover e angariar votos dos setores mais reacionários da sociedade à custa da polêmica insustentável na defesa de uma revolução, em 1964. Já a caracterização do período que perdurou vinte e um anos é um debate árduo, entretanto, provavelmente, não muito interessante para quem se preocupa mais com as agências humanas no tempo e no espaço. A produção coletiva organizada pelos professores do Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Jean Sales e Alexandre Fortes, intitulado *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar*, caminha pela segunda perspectiva citada.

Publicado em 2016, pela editora Prisma, a obra conta com a contribuição de oito pesquisadores que trilham suas carreiras acadêmicas pela afirmação da Baixada Fluminense como *locus* de produção de conhecimento histórico tanto do local, como desta localidade em relação ao global. Neste sentido, não elucidam fatos isolados ou descolados da realidade nacional. Trabalham com a importância da Baixada, ou a especificidade dela, dentro do contexto mais geral da política brasileira. São artigos resultantes das dissertações e teses dos autores defendidas recentemente, o que nos coloca frente à procedimentos teórico-metodológicos modernos e diversificados. Os temas enunciam a riqueza histórica da região, pois não se resumem simploriamente à disputa entre governo de um lado e oposição e resistência de outro.

Contudo, ao pensarmos no conjunto dos diversos capítulos que compõe esta obra, aquele debate sobre a denominação do período nos acende mais uma vez no pensamento. O próprio livro, tendo como horizonte a Baixada Fluminense, nomeia a paisagem como uma Ditadura Militar. Apesar disso, na grande parte dos textos, percebermos as movimentações civis, quando não sustentando politicamente os militares, no caso, por exemplo, das famílias Abraão e Sessim, em Nilópolis, ao menos se rearticulando em função deles, como no caso exemplar da rotatividade política local, em Nova Iguaçu. Para além de incorrer nessa batalha conceitual, que mais interessa ao purismo dos cientistas políticos, difícil não concordamos, no mínimo, que esses vinte um anos foram muito claramente um regime político de exceção no país. Ainda que seja possível haver elementos de comparação, não apenas com outras regiões, mas até com outras temporalidades na história do Brasil, mesmo assim, este foi um momento bastante singular e distinto. Em tempos de exceção, novas articulações, alianças, estratégias, resistências e mais

uma série de outros aspectos são almejados em prol da sobrevivência política de qualquer sujeito dessa história. De uma forma geral, todos os diferentes capítulos, que versam sobre os mais variados temas da Baixada Fluminense na Ditadura Militar, acabam convergindo para a compreensão de como este regime de exceção provocou a necessidade de reorientação e reorganização de seus agentes, movimentos, partidos, sindicatos e instituições. Justamente por isso, também, são histórias profundamente marcadas pelas disputas no campo político.

Embora haja bastantes ressalvas ante à possibilidade de se analisar uma dita historiografia da Baixada Fluminense, fato é que este livro se coloca numa importância ímpar para o alargamento da historiografia sobre a Ditadura Militar, no que concerne ao entendimento pormenorizado de como se operou, na prática, no cotidiano e na realidade concreta dos indivíduos, os diferentes vetores da macro política brasileira. Para a região estudada, este foi um período crucial de estruturação de forças e modelos que, impressionantemente, ainda se encontram em total vigência no atual cenário político, mesmo com especificidades tingidas ao longo da Nova República. Chegasse ao ponto de termos, em algumas cidades, os mesmos personagens e as mesmas referências políticas. Evidente que este quadro presente desperta o olhar atento ao seu processo de construção, o que também justifica, em parte, esta predominância do entendimento pelo campo político nos diferentes autores da obra.

Uma exceção se encontra no primeiro capítulo de Felipe Ribeiro, porque busca uma articulação entre o social e o político para compreender a relação imbricada do mundo rural e urbano nas memórias dos trabalhadores em Magé. Há, em sua narrativa, um sentido apurado das análises que supera a dicotomia clássica entre espaços geográficos tradicionalmente observados de formas distintas. Além de iluminar ações e resistências dos trabalhadores diante da perseguição e repressão da ditadura, também trabalhou com os diálogos e articulações desses personagens com suas lideranças. Aqui reside um fato que merece destaque, pois resgata a atuação política de uma personalidade emblemática, tanto do senso comum, como de uma certa bibliografia especializada no tema da violência na região: Tenório Cavalcante. É bastante sintomática a forma como outras produções procuraram resumir toda a sua carreira política à ação violenta. Tal fato causa até constrangimento ao percebermos, por Felipe Ribeiro, que tempos antes do golpe de 1964, ele teria se aproximado inclusive dos comunistas. Longe de se afirmar uma ligação ideológica, afinal se tratava mais adequadamente de possibilidades eleito-

rais para Tenório, todavia, empobrece e estigmatiza a região resumir toda sua linha de ação à assassinatos ou atentados, ainda que estes tenha existido conjuntamente. O que se entende melhor com o autor são outras diversas maneiras de agência política de Tenório que, não necessariamente, eram uma afirmação pelo uso indiscriminado da violência como estratégia política.

A questão da memória dos trabalhadores, suscitada pelo autor na sua construção narrativa, revela uma separação entre os camponeses e operários. Os dois grupos têm visões distintas em relação ao saudosismo de qual período seria o de uma organização mais aguerrida e combativa. Interessante é notar que o marco para a distinção desses momentos nos dois grupos é o mesmo: o golpe de 1964. Essas memórias, para além de demonstrar as projeções do presente ao passado, foram analisadas para a produção do conhecimento histórico ao serem cruzadas com informações advindas dos jornais e até documentos oficiais da Câmara Municipal de Magé.

O capítulo seguinte pertence a Abner Sótenos. Sua história política analisa, em especial, o movimento associativo de bairros pelo olhar da comunidade de informação e da comunidade de segurança durante o que ele aludiu como distensão da Ditadura Militar. Ao que se deprende de sua narrativa, o citado movimento associativo, denominado na época de MAB (movimento de amigos do bairro), surge a partir da própria documentação oficial desses aparelhos repressores dos militares. Uma vez tendo o governo se mobilizado para desarticular as comunidades de segurança e informação, na segunda metade da década de 1970, começaram a efervescer, na sociedade, os novos movimentos sociais. Nessa conjuntura, os militares da «linha-dura», conforme denomina o autor, agem no sentido de demonstrar os potenciais subversivos daqueles movimentos, até como uma legitimação de sua própria existência repressora. No caso da Baixada Fluminense, os militares estiveram na espionagem sistemática do MAB e, por consequência, da Diocese de Nova Iguaçu, em especial a Pastoral Operária. É importante salientar que, pela pesquisa feita por Abner Sótenos, a ideologização comunista do MAB seria resultado dos estreitamentos do movimento com os religiosos provenientes da Pastoral Operária. Superando, evidentemente, a visão que os militares possuíam do processo vivido na abertura política, o autor traça outro entendimento sobre as relações entre diocese e movimentos sociais, considerando a Igreja como um advento construído sob os novos tempos do Concílio Vaticano II, das conferências de Medellín e Puebla e do desenvolvimento da Teologia da Libertação. Já para o caso específico do MAB, havia nele qualidades inerentes que se contradiziam com o próprio regime da época,

fazendo com que as lutas sociais impulsionassem a distensão para a construção democrática da sociedade brasileira.

Por que a Igreja Católica seria mencionada pela Ditadura Militar como o elo subversivo dos movimentos sociais? Ainda que não seja exatamente esta a questão central do terceiro capítulo elaborado por Alexander Gomes, seu trabalho ilumina o processo de vinculação entre religião e política na diocese de Nova Iguaçu, que tão bem poderia elucidar os motivos da questão citada acima. Não seria, na verdade, uma descoberta relevante afirmar apenas que os católicos da Baixada Fluminense influíam sob a política por seus preceitos religiosos. Não apenas foi assim tradicionalmente no Brasil, como ainda é assim em muitas outras partes. A novidade está, antes, no tipo de visão teológica que amadurece na diocese, o que faz a necessidade de explicitá-la logo como um projeto teológico-político. Contudo, ao invés de analisar a questão como um processo relacionado a um movimento de construção coletiva e social por diferentes vetores e escalas de análise, o autor privilegiou a trajetória e a memória do bispo diocesano Dom Adriano Hipólito. Logicamente, a centralidade do bispo para nortear as perspectivas gerais da diocese são essenciais, já que se trata do responsável direto do Papa pela condução do catolicismo na região. Assim, percebeu-se que a afinidade política de D. Adriano com as preocupações democráticas da sociedade fez com que o contexto mais geral, pelo qual passava o catolicismo no mundo, ganhasse mais ressonância na Baixada do que em outras dioceses, talvez. Assim, nas análises deste autor, o Concílio Vaticano II, as conferências de Medellín e Puebla e a Teologia da Libertação são alguns dos marcos essenciais para a compreensão do caráter teológico-político da diocese. Porém, o traço mais peculiar que também marcou, moldou ideias, práticas e formou a memória dos católicos foi a relação com a Ditadura Militar. O resultado dessa relação nada harmoniosa resultou no sequestro do bispo Dom Adriano Hipólito, em 1976, e o atentado com uma bomba no altar da Igreja Matriz da cidade de Nova Iguaçu, em 1979.

Na quarta parte, encontra-se as narrativas de Allofs Daniel Batista sobre as várias sucessões de cargos executivos municipais que ocorreram logo após a instauração da Ditadura Militar. Num espaço curto de tempo, onze prefeitos se substituíram em apenas onze anos, de 1964 a 1975. Talvez esta seja uma das partes mais reveladoras do quanto um regime de exceção pode desnortear até antigas lideranças experientes. No geral, pela leitura, não se depreende alguma linha que atravesse de forma uníssona os motivos pelos quais os prefeitos eram cassados ou depostos. Foi trabalhado mais a

instabilidade e a ausência de uma normalidade que não permitia a criação de um *modus operandi* do jogo político. Diferentes acusações de corrupções poderiam levar a câmara de vereadores a cassar um prefeito. Talvez seja importante salientar que o autor buscou analisar uma cultura política de uma determinada elite política. Por conta deste horizonte teórico sobre entendimento político, esquivou-se de observar como outros grupos, ou mesmo a sociedade em si, vivenciam todo este processo. Por essas questões teóricas, não houve maiores pesquisas além dos próprios anais da câmara de vereadores e do jornal *Correio da Lavoura*.

O quinto capítulo, de Luiz Bezerra, trabalha com as relações entre contravenção, escola de samba e ditadura militar. Mais uma vez estamos de frente com uma pesquisa que, além de enriquecer o conhecimento sobre como os militares articularam seu poder na prática política para fundamentar sua hegemonia na sociedade, supera, enormemente, a produção bibliográfica local que estigmatiza a Baixada numa relação até simplória da violência como estratégia política. Não se nega a existência da violência, mas o estabelecimento do poder familiar em Nilópolis teve, conjuntamente, que lançar mão de outras estratégias, como o controle da escola de samba Beija-flor. Foi imprescindível para as famílias Abraão e Sessim estarem no comando da escola não apenas por conta da contravenção, mas também para sustentação de seu prestígio social e o apoio dos militares na sua liderança. Não é possível, pela lógica histórica, presumirmos que um grupo se sustentaria mais de cinquenta anos no poder local devido somente à sua repressão violenta. Vale destacar a coragem, de certa forma, do autor, em pesquisar não só pelos arquivos escritos, mas primordialmente pelas memórias dos sujeitos que vivenciaram o período. Essa é uma questão delicada que envolve o poder político presente, afinal, a cidade continua sob o comando dos grupos que se afirmaram na Ditadura Militar.

Mais uma vez, enfatiza-se que a violência e a repressão não está sendo negada por nenhum dos trabalhos. Prova disso é o sexto capítulo que narra a história do comunista guerrilheiro Getúlio Cabral, em Duque de Caxias, pesquisada por Giselle Siqueira. Ao observarmos a trajetória deste militante, fica notório a frágil sustentação de que a tortura ficou circunscrita aos centros urbanos. Não se pode argumentar que a Baixada ficou alheia à resistência e à repressão nos tempos de exceção. A narrativa da autora resgata o debate histórico da anistia ampla, geral e irrestrita que, na prática, permitiu aos militares salvaguardarem as instituições militares e, primordialmente, os agentes envolvidos na tortura e assassinatos de militantes. Se, por um

acaso, concordarmos que aqueles sujeitos, como Getúlio Cabral, participaram de atividades que possam, talvez, ser enquadradas como simples crimes comuns ao assaltarem bancos ou cometerem assassinatos, desconsiderando mais uma vez que aquele regime era de exceção, por outro, temos de admitir que estes já tiveram sua culpa penalizada com a própria vida. Já aqueles militares torturadores e, também, assassinos, gozaram ou gozam da liberdade e, por vezes, até da exaltação criminosa de deputados na tribuna legislativa federal de nosso país.

No sétimo capítulo, de Adriana Serafim, a diocese de Nova Iguaçu ressurge numa narrativa mais complexa. Aquele projeto teológico-político democrático trabalhado por Alexander Gomes não pode fazer crer que a instituição seria monolítica. A fomentação do projeto de Igreja engendrado pelo bispo não veio sem nenhum tipo de oposição e reação. Ao pesquisar os embates entre D. Adriano e padre Valdir Ros, percebe-se que a disputa foi além da formação de vocações na Baixada. Estava em jogo a luta pela condução teológica da diocese que acendia em si toda a carga tensionada da política de sua época. No episódio, podemos entender claramente que se colocar em solidariedade com os movimentos sociais na luta pela redemocratização não faria com que o bispo rompesse, em nenhum momento, com a hierarquia da instituição. Ao contrário, D. Adriano fez uso de todos os instrumentos materiais e simbólicos para fazer valer a sua autoridade frente ao padre que chegou a ameaçar a unidade da diocese de Nova Iguaçu. Tal fato é uma contribuição importante para a historiografia reavaliar conceitualmente a pertinência das palavras progressistas ou conservadores na denominação dos grupos católicos. Afinal, D. Adriano, do ponto de vista clerical, não se eximiu em lançar mão da obediência e de aparatos simbólicos litúrgicos para enfatizar sua autoridade, o que facilmente poderia ser classificado como conservador. Mesmo assim, não se pode tranquilamente desconsiderar que tenha sido progressista no trato com o corpo laico do catolicismo ao dotá-lo de capacidade organizacional e decisória em muitas questões da Igreja.

No último capítulo, de Adriana Ribeiro, temos uma contribuição inestimável para a memória da Baixada Fluminense. Provavelmente, pelo livro propor observações empíricas, a opção por publicar uma entrevista de um militante da Ala Vermelha pode parecer uma oportunidade desperdiçada pela autora para se colocar dentro do conhecimento histórico sobre a Baixada Fluminense. Contudo, ao registrar as próprias palavras de João Pedro Neto na publicação, a autora demonstra uma grandeza acadêmica louvável. Este militante tem uma história exemplar que cria uma identificação rápida

e direta com a memória de diversos outros atores sociais da militância na Baixada. Presumo que vale o registro da emoção que certo militante de Nova Iguaçu sentiu, na ocasião do lançamento deste livro no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, quando viu o companheiro de outrora eternizado, quem sabe, nas páginas de uma obra que, com certeza, se torna leitura obrigatória para quem deseja respirar o perfume agridoce do conhecimento histórico da Baixada Fluminense durante o regime de exceção conduzido pelos militares durante vinte e um anos. Se esta emoção não for considerada algo relevante ou importante para a História, talvez seja adequado repensarmos nosso comprometimento ético na construção deste conhecimento.

Espera-se ter ficado explícito que os comentários enumerados de cada parte da obra não objetivaram a enunciação das teses defendidas por cada autor, mas tão somente demonstrar a importância que essa produção coletiva tem para a historiografia da Ditadura e da Baixada. Concentradas no entendimento político dos processos históricos, com uma gama de fontes diversas, faz repensar muitas questões clássicas e caras para a imagem da região e ascende novos debates ainda muito necessários. Poderíamos dizer lacunas ou silêncios. De qualquer forma, alguns aspectos da realidade foram desapercibidos, ao que parece mais em virtude das orientações teórico-metodológicos do que pela escolha específica dos objetos que justificaria algumas ausências.

A primeira ausência é em relação a cor dessas histórias. Não se pode ser leviano ao se afirmar a composição da população da Baixada, já que os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) podem ser questionáveis considerando seus métodos e, também, por não haver, de fato, pesquisas conhecidas que levem em consideração a região como um todo. E, sobre a localidade, esbarraríamos em outro problema do qual não se propõe aqui traçar debate que é a definição limítrofe da região que efetivamente compõe a Baixada Fluminense. Contudo, desconsiderar ou não caminhar por esse esforço de perceber as diferenças entre brancos e negros cria a sensação de ausência de uma parte importante da sociedade que é negra. Não se alude a tal aspecto pelo entendimento dos fatores sociais e culturais que formam a branquitude ou a negritude, pois o cerne são as relações com o período de exceção da política brasileira. Mesmo assim, não há uma questão política que seja, de uma determinada maneira, pautada por uma população com costumes desse grupo de pessoas? Para citar um exemplo que se tem conhecimento e para debatermos um pouco com Alexander Gomes e Adriana Serafim, é recorrente na documentação oficial da diocese as referências a forte presença da religiosidade afro-brasileira na região, nas décadas de

1970 e 1980, tão ou mais vastas que o próprio movimento neopentecostal daquele momento. Por outras palavras, a diocese não esteve alheia à forte cultura afro-brasileira e, sabendo que D. Adriano dialogava constantemente com outras lideranças religiosas, surge a dúvida se determinado projeto teológico-político não levava em consideração essa cultura no momento em que se afirmava no seio dos movimentos sociais que eram heterogêneos. Provavelmente, o projeto de Igreja tinha determinada característica justamente por conta da composição social de seu corpo laico negro.

Sobre o trabalho de Luiz Bezerra fica ainda mais evidente essa ausência. Longe de querermos caricaturar o estabelecimento da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, mas se o objetivo era perceber como essa escola articulou socialmente o prestígio das famílias Abraão e Sessim com a ditadura e com a comunidade, como não considerar que se buscou justamente a afirmação de um traço tão evidente da cultura afro-brasileira? Ao escolherem uma perspectiva específica de entendimento político, essas questões citadas até aqui passam despercebidas pelos três autores, causando a primeira ausência.

A segunda ausência, importantíssima, que perpassa a todos os autores são as mulheres negras, como já implícito na questão anterior, e brancas. Mais uma vez a crítica da especificidade que carrega esse grupo de pessoas para a conformação de um determinado horizonte político e não outro se faz necessário. Todavia, pode-se aprofundar o argumento para além das suposições e dúvidas que traz essa ausência. Primeiro porque não há desconfiança de que as mulheres participaram de todos os processos aludidos. Segundo, porque elas gritam nas próprias documentações trabalhadas pelos autores.

Qual era o papel das mulheres sabendo que eram predominantes na indústria têxtil? Por que não aparecem na narrativa de Felipe Ribeiro? Elas não teriam tido importância política nas organizações sindicais e agrárias? E se não tiveram, por que não tiveram? Se eram predominantes no trabalho e não na representação, isso não diz nada sobre que tipo de norte político se tinha com a ditadura?

No trabalho de Abner Sótenos, essa questão fica ainda mais evidente. As mulheres são entrevistadas, mas, na documentação da repressão, os potenciais subversivos são homens. As mulheres não foram perseguidas? Ou não eram ameaça para os militares? Mas Dilcéia Nahon também não esteve no mesmo movimento que seu marido citado pela comunidade de formação? Em toda a década de oitenta, apenas um homem ocupou o cargo de presidente do MAB (movimento privilegiado pelo autor). O fato de ser predominantemente de mulheres não dava identidade a este movimento que

se propunha representante das classes subalternas? Para citar um exemplo, ainda passível de pesquisa, a pauta de acessibilidade à água, que foi bandeira do MAB durante boa parte da década de 1980, pode ter sido privilegiada pelo fato das mulheres conviverem mais de perto com os problemas de sua escassez nos afazeres domésticos, como cozinhar e lavar roupas. Se fossem conduzidos por homens, outras pautas poderiam ter sido enfatizadas em detrimento daquela. Outra vez os referenciais teóricos não possibilitaram observar, na própria documentação pesquisada, a agência feminina.

No trabalho de Allofs Batista se encontra as duas ausências e mais uma latente: a sociedade civil. Não se trata de deslegitimar o objeto em si, mas de perceber que todas as movimentações daquela dita cultura política do poder local só efetivamente foi possível pelo desprendimento da necessidade de diálogo da elite política com a sociedade civil. Ficam todas as dúvidas dos procedimentos jurídicos e políticos que permitiram a exclusão da sociedade civil, incluídos aí os negros e as mulheres negras e brancas, fazendo das eleições um teatro dispensável para a ascensão ao poder executivo.

Possivelmente, o fato de todos esses trabalhos terem sido feitos na segunda década do século XXI tem uma explicação, mais para a preferência do entendimento político do que pelas ausências. Na prática, a história política nunca deixou de ser produzida, mas nesses tempos o seu sentido e alargamento se encontra em alta para a explicação de diversos fenômenos pelos quais passam o país. E, na Baixada, o fato de muitas lideranças e forças políticas estarem presente há quarenta ou cinquenta anos no poder, muitas vezes com as mesmas práticas políticas, causa muito interesse por seu entendimento. Talvez seja importante avançarmos para outras trincheiras que poderiam enriquecer ainda mais o próprio entendimento do político.

O regime de exceção não foi uniforme ao longo dos anos e nem se cristalizou homogeneamente na sociedade. Entendemos, com esta obra, que diferentes grupos se movimentaram numa relação direta com circunstâncias inéditas da história do país e, por isso, se articularam de acordo com as possibilidades da época. Mas o vetor dos militares não foi o único a influir sob os movimentos. A configuração dos grupos na sua fundação, composição, identidade e solidariedade são imprescindíveis. Por outras palavras, talvez seja necessário recorrermos mais à história social da Baixada na Ditadura para termos um pleno entendimento do sentido e amplitude do político.

Recebido em 28/07/2017

Aprovado em 20/09/2017